

Observatório de Regulação Internacional de
Fatores de Risco Associados às Doenças Crônicas
Não Transmissíveis

IMPOSTO SOBRE BEBIDAS AÇUCARADAS TEM AVANÇO TÍMIDO NA AMÉRICA LATINA E CARIBE

página 7

ECOSOC aprova resolução sobre força tarefa da ONU para doenças crônicas não transmissíveis (DCNT)

página 4

A regulação internacional de bebidas alcoólicas

página 6

Nesta edição especial do Nethis Informa são apresentados alguns resultados do Observatório de Regulação Internacional de Fatores de Risco Associados às Doenças Crônicas Não Transmissíveis. Um projeto desenvolvido pelo Núcleo de Estudos sobre Bioética e Diplomacia em Saúde da Fundação Oswaldo Cruz (Nethis/Fiocruz Brasília) com objetivo de oferecer subsídios para o aperfeiçoamento de políticas públicas de regulação de álcool, agrotóxicos, alimentos ultraprocessados e tabaco. O Observatório acompanha as resoluções internacionais sobre esses produtos, busca de experiências nacionais, identifica e analisa medidas de regulação em países, além de facilitar o acesso a documentos técnico-científicos sobre o tema. A realização desta edição contou com o apoio do CNPq.

Expediente

Fundação Oswaldo Cruz – Gerência Regional de Brasília

Diretora: Fabiana Damásio

Núcleo de Estudos sobre Bioética e Diplomacia em Saúde

Coordenador: José Paranaguá de Santana

Observatório de Regulação Internacional de Fatores de Risco Associados às Doenças Crônicas Não Transmissíveis

Roberta de Freitas

José Agenor Álvares

Textos

André Freire, Roberta de Freitas e Tiago Tasca

Revisão e edição

Ana Carolina Vicentin

Projeto gráfico e diagramação

Alexandra Abranches

Nethis Informa: Edição Especial
Observatório de Regulação Internacional
de Fatores de Risco Associados às Doenças
Crônicas Não Transmissíveis.

Fundação Oswaldo Cruz – Gerência Regional de
Brasília
Núcleo de Estudos sobre Bioética e Diplomacia em
Saúde
Avenida L3 Norte, s/n, Campus Universitário Darcy
Ribeiro, Gleba A
CEP: 70.904-130 – Brasília/DF
nethis@fiocruz.br
bioeticaediplomacia.org
61 3329 4661.

Embora o covid-19 mereça atenção especial da academia e dos órgãos de gestão e de saúde nacionais e internacionais, outras situações e agravos de saúde não podem ser esquecidos. A pandemia impõe um alerta importante para um grupo específico de pessoas: os portadores de doenças crônicas não transmissíveis (DCNT).

As doenças crônicas não transmissíveis (DCNT) são a principal causa de morte no mundo e estão associadas ao consumo de tabaco, álcool, alimentos ultraprocessados e agrotóxicos. É necessário discutir a atuação do Estado mais pró-ativo na regulação desses produtos com o objetivo de proteger a saúde da população. Democratizar essas discussões é indispensável para que a sociedade cobre a atuação do governo.

Este boletim apresenta duas análises e uma notícia sobre temas do Observatório de Regulação Internacional de Fatores de Risco Associados às DCNT. A primeira seção discute a Resolução emitida pelo Conselho Econômico e Social das Nações Unidas (ECOSOC), em 2020, que colocou em discussão a necessidade de buscar mecanismos inovadores de financiamento para o controle e combate das doenças crônicas não transmissíveis. O documento reafirma a necessidade de implementação, pelos Estados Membros, de quadros normativos regulatórios que resultem em benefícios à saúde.

Na segunda seção, uma linha do tempo apresenta as principais Resoluções Internacionais sobre a regulação de bebidas alcóolicas emitidas pela Organização Mundial da Saúde (OMS), Conselho Econômico e Social das Nações Unidas (ECOSOC), Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU) entre 2005 e 2019, identificadas e analisadas pelo Observatório (Nethis/Fiocruz). O conteúdo completo está disponível no site bioeticaediplomacia.org.

A notícia mostra que apesar das recomendações das Nações Unidas (ONU) para reduzir o consumo de açúcar por meio da taxaço de bebidas açucaradas, as vendas desses produtos crescem na América Latina e Caribe.

Esperamos que o material contribua para a reflexão sobre a importância da regulação e atuação dos Estados frente às DCNT.

Boa leitura!

FORÇA TAREFA DA ONU PARA DOENÇAS CRÔNICAS NÃO TRANSMISSÍVEIS (DCNT)

Tiago Tasca*

O Conselho Econômico e Social das Nações Unidas (ECOSOC) aprovou, em julho de 2020, a Resolução 2020/22 sobre a Força Tarefa Intergências das Nações Unidas sobre Prevenção e Controle de Doenças Crônicas Não Transmissíveis (UNIATF), que reúne mais de 40 agências da ONU, o Banco Mundial e bancos de desenvolvimento regional. A Resolução solicita aos países que estimulem mecanismos inovadores de financiamento para o controle e combate das doenças crônicas não transmissíveis, a exclusão da interferência da indústria do tabaco nas discussões e encaminhamentos da UNIATF e a implementação de quadros normativos regulatórios que resultem em benefícios à saúde.

O documento, que tem como objetivo coordenar esforços financeiros, operacionais e recomendatórios para DCNT, foi proposto pela Federação Russa e constitui a primeira normativa colegiada do Conselho para as DCNT em 2020. Desde 2005, o ECOSOC emitiu três Resoluções sobre produtos associados às DCNT, sendo duas sobre tabaco e uma sobre agrotóxicos.

A Resolução 2020/22 considera, em suas recomendações, o Relatório da Comissão Independente de Alto-Nível da Organização Mundial da Saúde intitulado “*It’s time to walk the talk*” (colocar em prática o discurso) e os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), especialmente as metas específicas para o tabaco (ex.: Fortalecer a implementação da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco em todos os países) e para o álcool (ex.: Reforçar a prevenção e o tratamento do abuso de substâncias, incluindo o abuso de drogas entorpecentes e uso nocivo do álcool).

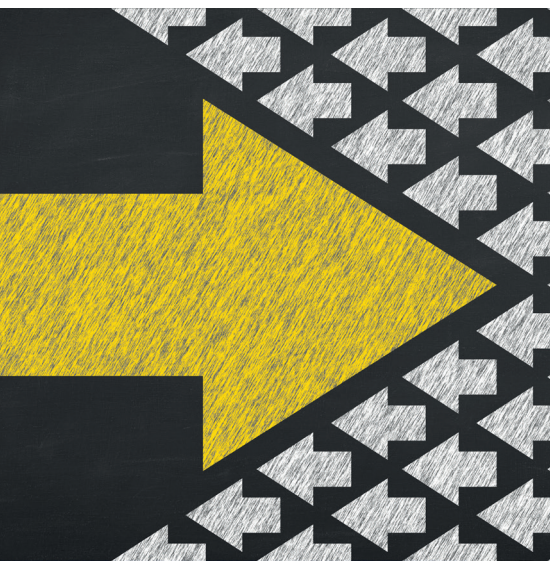
FINANCIAMENTO - O primeiro eixo dessa Resolução é o financiamento, em âmbito global, de ações de controle e prevenção das DCNT. O documento enfatiza a necessidade do engajamento de doadores multilaterais, de fundações filantrópicas e da sociedade civil para mobilizar recursos que visem a apoiar os Estados Membros na implementação de respostas nacionais sustentáveis para DCNT, e em especial, durante a pandemia da COVID-19.

É recomendada a busca por mecanismos inovadores de financiamento, como previsto na Agenda de Ação de Adis Abeba. Taxação sobre tabaco, alimentos ultraprocessados e álcool, por exemplo, são considerados mecanismos inovadores de financiamento, uma vez que os recursos arrecadados a partir desses impostos – considerados impostos saudáveis – podem ser direcionados a programas de controle e prevenção de DCNT.

“Colocar em prática o discurso”

As DCNT persistem como responsáveis por mais de 70% das mortes por ano no mundo.

(ECOSOC, 2020)



Outra estratégia seria retomar a tributação de produtos não saudáveis anteriormente isentos pelos governos (ex.: subsídios aos agrotóxicos). Essa forma de financiamento já foi sugerida pelo próprio ECOSOC, na Resolução Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento (ECOSOC 2011/17), que recomenda a remoção de políticas de preços e impostos que incentivam o alto uso de agrotóxicos.

SETOR PRIVADO - O segundo eixo da Resolução 2020/22 consiste na cooperação intersetorial e com a participação do setor privado. O documento recomenda a exclusão de qualquer interferência da indústria do tabaco e de produtos de tabaco nas discussões e encaminhamentos da UNIATF. Essa exclusão sinaliza cautela no relacionamento entre os membros da Força Tarefa com os parceiros da United Nations Global Compact que recebem financiamento da indústria de tabaco. Entretanto, a UNIATF ainda não possui uma política-modelo que previna, em sua integralidade, a interferência da indústria do tabaco.

REGULAÇÃO - O terceiro elemento é a necessidade de implementação, pelos Estados Membros, de quadros normativos regulatórios que resultem em benefícios à saúde. Desde 2011, quando ocorreu a primeira reunião de Alto-Nível da ONU sobre DCNT, foi observada uma redução relativa de mortes atribuídas a DCNT, em especial àquelas associadas ao tabagismo, aumento da pressão sanguínea e inatividade física. Contudo, não foi observado progresso significativo em nível global na redução do uso nocivo do álcool e foi identificado um aumento na prevalência de obesidade, sobrepeso e diabetes.

Um dos exemplos apresentados no relatório da UNIATF é o percentual de países (16%) que implementaram algum tipo de regulação sobre disponibilidade do álcool (o mais baixo dentre os 18 indicadores de outras medidas de regulação). Apesar dessa redução relativa, as DCNT persistem como responsáveis por mais de 70% das mortes por ano no mundo.

Por fim, a UNIATF convida os Estados para que fortaleçam não só seus sistemas regulatórios, mas também procurem melhorar a gestão das cadeias de suprimento. Diante do cenário da globalização e da deflagração da epidemia das DCNT, a regulação internacional de produtos associados a seus fatores de risco é de elevada importância. O Protocolo para a Eliminação do Comércio Ilícito de Produtos de Tabaco ilustra a necessidade de regular as cadeias de suprimento de tabaco em nível regional e internacional. Ademais, é fundamental que sejam seguidas as medidas de importação e exportação de agrotóxicos, sobretudo as acordadas no Código Internacional de Conduta de Manejo de Pesticidas (FAO – 3/2013).

A UNIATF foi criada pelo Secretariado Geral das Nações Unidas, em 2013, e possui a função de coordenar as ações do sistema das Nações Unidas para as DCNT, saúde mental e outras condições não transmissíveis. Além disso, ajuda os governos nacionais a desenvolverem e introduzirem respostas efetivas no controle e prevenção de DCNT.

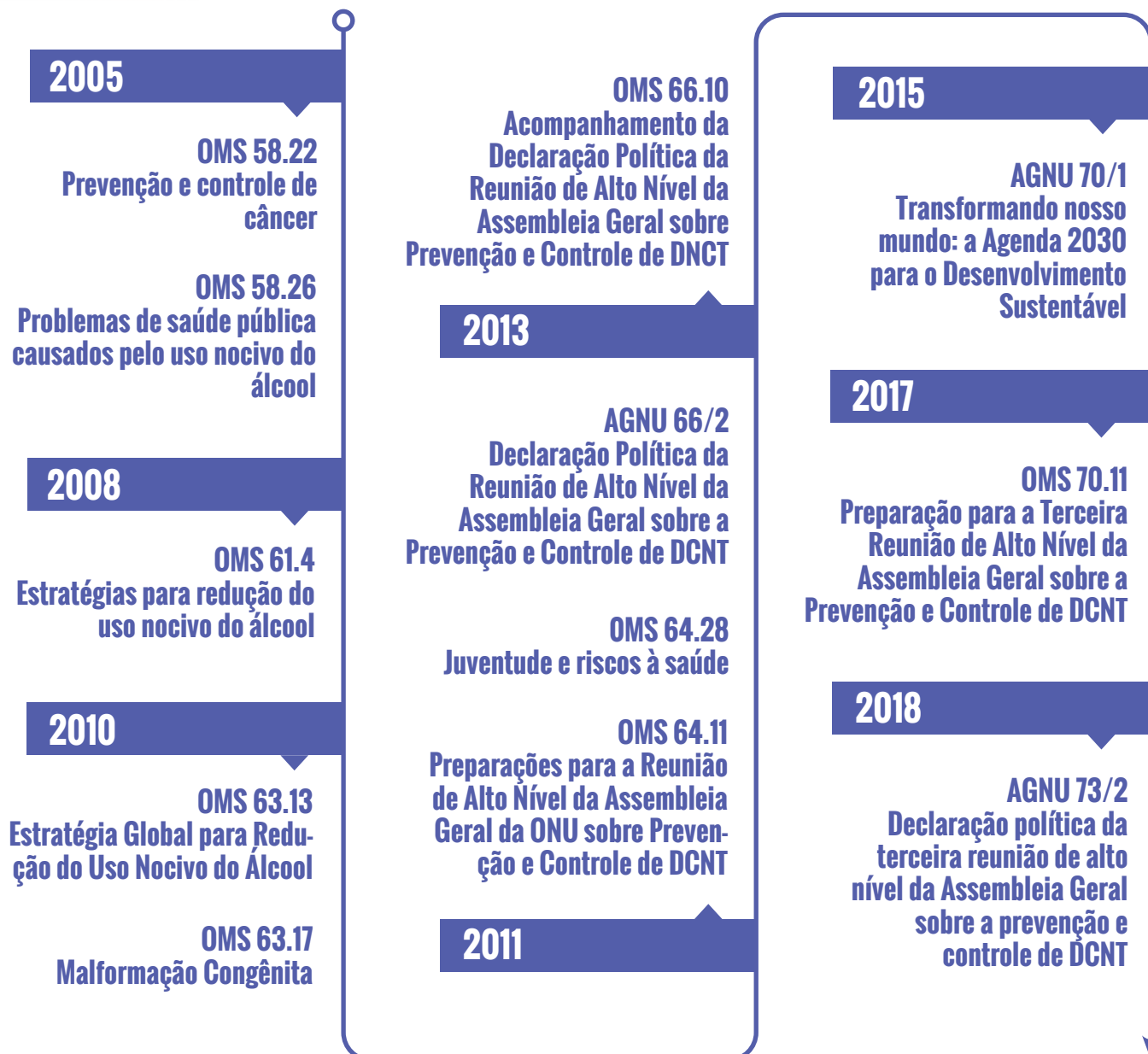
**Tiago Tasca é mestre em Relações Internacionais pela Universidade de Brasília.*

A REGULAÇÃO INTERNACIONAL DE BEBIDAS ALCOÓLICAS



O consumo nocivo de bebidas alcoólicas é um importante fator de risco para as DCNT, entre elas câncer, doenças cardiovasculares e doenças transmissíveis (como tuberculose e HIV/Aids). O Observatório de Regulação Internacional de Fatores de Risco Associados às DCNT/Nethis mostra que, entre 2005 e 2019, a Assembleia Mundial da Saúde da OMS e a Assembleia Geral das Nações Unidas emitiram 12 resoluções sobre a adoção de políticas e ações nacionais direcionadas à redução do consumo de bebidas alcólicas como um fator de risco para o desenvolvimento de DCNT.

Os resultados detalhados estão no [site do Nethis](#).



IMPOSTO SOBRE BEBIDAS AÇUCARADAS TEM AVANÇO TÍMIDO NA AMÉRICA LATINA E CARIBE

Até o momento, poucos países da América Latina e Caribe adotaram políticas fiscais para a redução do consumo de refrigerantes e outras bebidas com alto teor de açúcar.

A despeito da recomendação emitida pelas Nações Unidas (ONU) de buscar a redução do consumo de açúcar por meio da taxaço de bebidas açucaradas, as vendas desses produtos seguem em crescimento na América Latina e Caribe. Entre 2014 e 2019, foi estimado um aumento de 9,6% na comercialização de refrigerantes e outras bebidas com alto teor de açúcar. A constatação está publicada em um relatório de 2019 da Organização Pan-Americana da Saúde (Opas/OMS).

O documento reúne informações sobre a Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, México, Peru e Venezuela, que juntos constituem 80% da população da América Latina e do Caribe. Entre eles, somente o Chile, o México e o Peru implementaram alguma política de precificação sobre essas bebidas como medida estratégica para a redução do consumo de açúcar.

A baixa adesão dos países à recomendação da ONU está relacionada à influência das indústrias de refrigerantes e outras bebidas açucaradas sobre os governos locais, segundo a diretora geral da ACT Promoção da Saúde, Paula Johns.

“Há um lobby pesado feito pelas indústrias que lucram com as vendas desses produtos. E isso não é exclusividade do Brasil, tanto que na região poucos países adotaram”. – Paula Johns

De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS), a tributação de bebidas com alto teor de açúcar apresenta evidências claras sobre o impacto na redução do consumo desses produtos. No México, os dados obtidos após a implementação da medida, em 2014, confirmam a eficácia da recomendação da OMS.

A pesquisadora do Instituto Nacional de Saúde Pública do México Maria Lizbeth Tolentino Mayo explica que, naquele ano, 4,2 litros de bebidas açucaradas deixaram de ser vendidos por pessoa no país, uma diminuição de cerca de 6% no consumo. Nas famílias de status socioeconômico mais baixo, a redução foi de 9%. O governo local passou a cobrar um valor extra de um peso mexicano para cada litro de bebida com açúcar adicionado.

Maria Lizbeth integra o grupo de pesquisadores latino-americanos da etapa multicêntrica do Observatório de Regulação Internacional de Fatores de Risco Associados a Doenças Crônicas Não Transmissíveis. Nessa etapa da pesquisa, especialistas de diferentes instituições da região somam esforços para o mapeamento dos sistemas regulatórios nacionais.

André Freire*

“Há um lobby pesado feito pelas indústrias que lucram com as vendas desses produtos. E isso não é exclusividade do Brasil, tanto que na região poucos países adotaram”.

PAULA JOHNS,
DIRETORA GERAL DA ACP

“Projetos de lei sobre a taxação de bebidas açucaradas não chegam ao plenário da Câmara”

IGOR BRITTO,
DIRETOR DO IDEC

E no Brasil?

Apesar de ter assumido o compromisso de reduzir o consumo regular de bebidas adoçadas com açúcar na população adulta, como parte das metas para a Década de Ação das Nações Unidas para a Nutrição (2016-2025), o Brasil não avançou na implementação de políticas fiscais que visem diminuir a venda desses produtos.

Segundo o diretor de relações institucionais do Instituto de Defesa do Consumidor (Idec), Igor Britto, as discussões sobre a taxação de bebidas açucaradas não ganham espaço no Congresso Nacional. “Com muito esforço, a sociedade civil consegue sugerir algumas iniciativas, mas elas não recebem a devida atenção”, revela.

*André Freire é jornalista.



Foto: Edilson Rodrigues/Agência Senado



Apoio:

